

Magistério em Economia Rural
Doméstica em Minas Gerais: Uberaba
(1953 -1962)

Nilce Vieira Campos Ferreira

Instituto de Educação - Universidade Federal do Mato
Grosso/Cuiabá, nilcevieira@gmail.com

Resumo

Essa investigação objetivou analisar a formação profissionalizante na Escola de Magistério em Economia Rural Doméstica, Uberaba (MG/Brasil), destinada ao ensino secundário feminino, cuja origem deu-se com a instalação do Centro de Treinamento em Economia Rural Doméstica, agosto de 1953. Nesse período inicial, a escola formou 74 aprendizas no Curso de Treinamento. No ano seguinte, 1954, ofereceu o Curso de Magistério com a atribuição de formar mulheres para ministrar aulas no ensino profissional agrícola e para atuar nos cursos de extensão rural. O estudo contou com fontes escritas/ documentais como relatórios escolares e imprensa local. Pondera-se a centralização das medidas legais editada pelo Governo Federal Brasileiro para quem a formação em Economia Rural Doméstica era instrumento para civilizar. Esse "inventário social e moral" intentava preparar mulheres para desempenhar ofícios domésticos e sociais contribuindo para a formação da população brasileira, em específico, de comunidades localizadas nas áreas rurais do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: República. Educação feminina. Formação de Professores. Ensino agrícola

Abstract

This research aimed to analyze the vocational education in the School of in Rural Home Economy Teaching, Uberaba (MG / Brazil), intended for high school females, whose origin was with the installation of the Training Center on Rural Home Economy, August 1953. In this initial period, the school graduated 74 apprentices in the Training Course. The following year, in 1954, offered the Course Home Teaching with the assignment to train women to teach classes in vocational agriculture and to work in agricultural extension courses. The study relied on written sources / documentary as school reports and local press. Ponder is the centralization of legal measures issued by the Brazilian Federal Government for those training in Rural Home Domestic Economy instrument was to civilize. This "social and moral inventory" to prepare women to perform domestic chores and social contributing to the formation of the Brazilian population, in particular the communities located in rural areas of the State of Minas Gerais.

Keywords: Republic, Female Education, Teacher's education, Agricultural Education

INTRODUÇÃO

A formação para o Magistério em Economia Rural Doméstica de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, no Brasil iniciou-se em 1954, sendo gerida e mantida pela União. Destinava-se à formação de mulheres para a atuação nas escolas agrícolas profissionalizantes ou para ministrar aulas nas disciplinas de educação doméstica, no nível secundário.

O curso resultou de uma aliança tácita entre a União, a Igreja conservadora e a oligarquia uberabense que estabeleceu uma educação de cunho conservador para as mulheres em consonância com o programa brasileiro de civilização da sociedade pela escolarização, pretendido pelo Governo brasileiro à época. A escola foi encarada como um meio capaz de aprimorar a vida das famílias, as condições de vida doméstica e da sociedade como ansiava as elites no comando da Nação.

As atividades educativas vinculavam-se ao ensino de técnicas adequadas ao trabalho doméstico, com as quais a aprendiz não podia deixar de travar conhecimentos. Na prática pedagógica diária, as

alunas executavam trabalhos práticos de agulha, corte e confecção de peças de vestuário, cuidados de higiene e com a casa, culinária, tantos quantos possíveis. Ao ingressar o mundo do trabalho nas escolas agrícolas deveriam transmitir esses conhecimentos a outras aprendizas.

Origem da ESERD: Centro de Treinamento

O enredamento dos fatos que permearam e impulsionaram a criação e a organização da Escola de Economia Rural Doméstica Secundária em (MG/Brasil), doravante denominada ESERD, no ano de 1953, com a conseqüente instalação desse nível de escolarização no município, constituiu parte de um projeto da educação nacional brasileira. Seu decurso encontrou-se ligado às questões sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto histórico da época¹.

O discurso ideológico dos governantes à época defendia a renovação do ensino e a adoção de teorias pedagógicas baseadas nos ideais liberais. Nessa premissa, o Estado brasileiro creditava à educação o difícil papel de salvação para os problemas sociais surgidos com a acelerada urbanização e industrialização do país. As instituições escolares, nesse sentido, foram encaradas como fator decisivo para o progresso do país. Nos anos de 1950, as escolas brasileiras coerentes com os princípios escolanovistas difundidos no Brasil desde 1920, que se mantinham, incorporava o ideário de formação de um novo homem comprometido, empenhado com o destino do país em defesa da ordem, da moral, do progresso, virtudes consideradas essenciais ao desenvolvimento da sociedade.

Em 1942, as Leis Orgânicas brasileiras haviam composto o ensino com cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, modalidade clássico ou científico. O ensino colegial de caráter propedêutico, preparatório para o ensino superior, passou a se ocupar da formação geral. Essa reforma desdobrando-se ao longo dos anos, ficou conhecida como Reforma Capanema, foi composta pelos seguintes Decretos-lei: a) 1942 – Leis Orgânicas do Ensino Secundário, denominado Decreto-Lei n.º 4.244/42; do Ensino Industrial, o Decreto-Lei n.º 4.073/42; b) 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial ou Decreto-Lei n.º 6.141/43; c) 1946, a Leis Orgânicas do Ensino Primário, o Decreto-Lei n.º 8.529/46, do Ensino Normal, o Decreto-Lei n.º 8.530/46 e do Ensino Agrícola, o Decreto-Lei n.º 9.613/46 (Saviani; *et al.* 2004).

No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o objetivo do ensino secundário com as modalidades clássicas e científicas era o de “formar as elites condutoras do país”. O objetivo do ensino profissional - ensino normal, comercial, industrial e agrícola - era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (Brasil, 1909). Como se nota, a própria lei estipulava um ensino diferenciado para aqueles provenientes da elite que deveria gerir o país e um ensino diverso destinado à formação do trabalhador.

Com as influências mútuas entre as esferas privada e pública, com as mudanças nas políticas de desenvolvimento e de educação no país, os governantes passaram cada vez mais a se preocupar com a condição coletiva das famílias e das comunidades no meio rural. Dessa forma, centraram forças buscando modificar a situação nas áreas urbanas afetadas pela expansão populacional em

¹ Esse texto foi elaborado a partir da pesquisa de doutoramento na linha de História e Historiografia da Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU) - Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto. A tese defendida em dezembro de 2012 tem como título: *Escola de Economia Doméstica: ensino secundário profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997)*. A investigação contou com financiamento da CAPES para realização do estágio científico avançado na Universidade de Lisboa – Portugal, abril a setembro de 2012.

face das migrações. Para atingir esses fins, buscaram meios de melhoria das condições no meio rural brasileiro, por intermédio das famílias, contando com a formação das mulheres para uma “promoção do social”, pois era o “espírito feminino, bem orientado, é indispensável à solidariedade social” (Serrano, 1954, p. 243). Essa intervenção visava fixar as famílias em suas localidades e promover uma “industrialização” do campo que deveria produzir mais e, por conseguinte, consumir os produtos e maquinários introduzidos pelas empresas estrangeiras que se instalavam no país.

Ao migrarem de suas localidades, as famílias rurais se instalaram nas periferias das cidades, o que aumentou a demanda por cursos nas áreas de desenvolvimento e educação familiar, educação infantil, segurança alimentar, programas de saúde e práticas agrícolas voltados para o bem-estar familiar. Dessa forma, as instituições governamentais brasileiras julgaram necessário instituir espaços de formação para essa população. A formação feminina passou a ser considerada essencial para atender a essa demanda.

O Ministro da Agricultura no período, João Cleophas, relatou que esse era um “momento de transição acentuado de um regime até então eminentemente agrário para uma urbanização industrializada, trazendo sérios desajustamentos à vida do país”. Esse fato reclamou “maior atenção para um trabalho educativo em conjunto com outros órgãos do Ministério em benefício das populações rurais” (Cleophas, 1952, p. 165). Tornou-se então vital a organização do ensino destinado à revalorização do trabalho imbuída de uma formação de uma consciência industrial como requeria o capitalismo em franca expansão e que adentrava o meio rural.

A Secretaria do Ensino Agrícola e Veterinário, SEAV era responsável pela articulação dos programas e atividades do ensino agrícola superior e médio no país, para efeito de orientação, supervisão e fiscalização. A SEAV coordenou e articulou diversos setores técnicos para organizar cursos nas escolas agrícolas brasileiras visando aumentar sua influência no meio onde se encontravam localizadas. Os cursos destinavam-se à formação das populações situadas no campo e englobavam as atividades relacionadas ao trabalho rural como criação de gado, treinamento básico agrícola, defesa sanitária, utilização de defensivos e ferramentas agrícolas. A economia rural doméstica contribuía com cursos voltados para noções de puericultura, enfermagem, culinária, práticas de higiene, vestuário entre outras.

Visando divulgar a formação oferecida, os Centros de Treinamento organizavam exposições de produtos regionais, missões rurais, semanas ruralistas, exibição de filmes educativos, aproveitando, principalmente as aglomerações nas festividades religiosas e nas escolas. Afinal, era preciso educar a população brasileira, concorrendo para modificar tanto as “condições de trabalho como da vida da gente rural” (Cleophas, 1952, p. 166).

O ensino de formação profissionalizante, dessa forma, com o advento da Lei Orgânica do Ensino Agrícola passou por profundas modificações com o objetivo de estabelecer a unidade de regime escolar, elevá-lo ao nível secundário e proporcionar sua articulação com o ensino superior. Essa organização visava atender: a) assistência ao homem do campo, promovendo sua formação técnica e social; b) divulgação dos ensinamentos agrícolas; c) preparação do elemento humano para influir no desenvolvimento econômico e cultural do país.

Outra providência promulgada pelo Ministério da Agricultura foi a criação do Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com a Portaria nº 613, 19 de junho de 1951, disciplinando essa modalidade de ensino. O primeiro curso dessa natureza foi organizado em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas e o Departamento Nacional de Educação, com o objetivo de formar professores para as escolas e Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica, no interior do país. Nessa vertente, na vigência da Lei Orgânica de

Ensino, foi instituída a assistência educativa à mulher rural e criado o Curso de Preparação em Economia Doméstica (Cleophas, 1952, p. 249).

Nessa perspectiva, o Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, duração de 02 anos, preparava a mulher para a atuação como professora, junto aos cursos agrícolas, ou como extensionista rural para atuar junto às comunidades rurais. O Curso de Preparação em Economia Rural Doméstica, duração de 01 ano, direcionava-se para difundir práticas que facilitassem e direcionassem as atividades da mulher no lar. Ressalta-se que os cursos não se apresentavam especificamente como possibilidade de independência ou emancipação, mas apenas como melhoria das atividades caseiras ou como forma de propagar recursos técnicos e em, outra instância, despertar o interesse do agricultor pelo consumo de produtos que estavam sendo produzidos nas indústrias.

A Escola de Economia Rural Doméstica em Uberaba

Em 1953, em Uberaba, as ações do Ministério da Agricultura se destacavam. Fundada em 1934, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, a SRTM tinha como finalidade trabalhar pelo progresso da lavoura, da criação bovina e indústrias conexas. Dentre suas várias realizações, encontrava-se a instalação da Fazenda Experimental de Criação, FEC, oficializada pelo Ministério da Agricultura do Serviço de Registro Genealógico, a construção do Parque Fernando Costa. Durante a realização dessas festas ocorriam muitas solicitações de benefícios para a cidade. Foi justamente no transcorrer da Exposição de 1953, com a visita do Ministro João Cleophas a Uberaba, que o Padre Agostinho Zago obteve dele a aprovação para implantar o Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural.

O curso de formação para o Magistério em Economia Rural Doméstica foi instituído em 1954. Para José Mendonça (1954) a escola foi vista como “uma obra que honra, exalta e dignifica a nossa cultura e a nossa civilização”. Em seu discurso por ocasião da inauguração da escola, Mendonça mencionou pessoas que se mantiveram a frente do empreendimento de fundação da escola: Ewald Brasil, Aretusa Brasil, Senhorita Esperança Ribeiro Borges, Deputado Licurgo Leite, Antônio Próspero, Prefeito do Município à época e D. Quita sua esposa, Maria José Pessoa Maciel, João Cleophas, Padre Agostinho Zago (Mendonça, 1954, p. 1).

Em 1953, a ESERD começou a funcionar, na Rua Major Eustáquio, centro de Uberaba, oferecendo o Curso de Treinamento de Economia Rural Doméstica. Este primeiro curso teve a duração de um semestre, de agosto a dezembro. No ano seguinte, a duração do curso de extensão passou a ser de um ano. Com abordagem essencialmente prática preparava para as atividades domésticas e englobava as disciplinas básicas no currículo ministrado desde Arte Culinária, Indústrias Rurais Caseiras, Corte e Costura, noções de Puericultura, até Higiene e Enfermagem. Esse curso foi dirigido por Diva Leite Santos, por indicação do Padre Agostinho Zago que era responsável pela orientação técnica para seu funcionamento e pela cessão do prédio para sua instalação. A primeira turma formou 74 aprendizes.

O processo de implantação da ESERD iniciado pelo Padre Zago constituiu-se por meio de um trabalho de sensibilização junto às famílias uberabenses para convencê-las de que o curso era adequado às jovens e as preparava para a vida em sociedade. Para isso, o Padre Zago visitava as famílias que frequentavam sua paróquia para convencer os pais a matricularem suas filhas na escola.

A ideia de um curso voltado para a área de economia doméstica resultou de um acordo firmado entre os governos dos Estados Unidos da América e do Brasil com o objetivo de estimular, ampliar o

intercâmbio de ideias e de processos pedagógicos no campo da educação rural. Para a execução do convênio foi prevista a cessão, por parte do *Institute of Inter American Affairs*, uma agência dos Estados Unidos, de um corpo de especialistas para a colaboração necessária a sua implantação no país brasileiro (Cleophas, 1952, p. 307). No âmbito desse convênio e inclusive com recursos provenientes do acordo, a instituição encaminhou uma professora para treinamento nos Estados Unidos.

A exaltação à mulher com um perfil moderado, como protetora da moral e dos bons costumes era enfatizada, no período e visava, sobretudo, a moralização da pátria. Uma formação que pregasse a moral e os bons costumes femininos tornou-se “assunto do dia”, um patrimônio material que deveria ser protegido, um exemplo de virtude, de nobreza para se transmitir às gerações seguintes.

Seja assim mais rico, mais perfeito e mais puro, o patrimônio moral e material que havemos de transmitir à geração que se segue. Graças a Deus que nesta hora como noutras lutas pela grandeza de nosso povo, a mulher brasileira está sabendo mostrar sua fibra, sua compreensão e sua nobreza de alma (Regina, 1953, p. 5).

Com essa visão, as moças matriculadas na ESERD eram oriundas de famílias das classes mais abastadas e provinham das várias regiões do Triângulo Mineiro e de outras partes do país. Elas deveriam adquirir o domínio durante o curso de técnicas e habilidades úteis à vida doméstica e fundamentadas nos conhecimentos práticos necessários à população rural ou urbana, melhorando seus costumes, sua conduta, suas condições de vida.

No discurso pronunciado em 1954, Mendonça enunciou as características da escola. Para ele, tratava-se de uma instituição que dignificaria a cultura das alunas com virtudes cristãs e talentos a conservar em prol da civilização e modernização da sociedade brasileira.

A Escola de Economia Doméstica, que se abre em Uberaba, foi a segunda que no Brasil se instala. [...]. O povo uberabense, que nestes rincões centrais do país, pelo seu bendito idealismo e pela sua incomparável capacidade de esforço e de trabalho, criou uma civilização de que todo o Brasil se ufana (Mendonça, 1954, p. 1).

Com isto o Curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, contemplava em sua matriz curricular as áreas de alimentação, habitação, vestuário, saúde, desenvolvimento e orientação das famílias, em especial das famílias rurais. A educação para o lar e a vida familiar favoreciam experiências que preparavam as alunas para o melhor ajustamento e benefícios destinados àqueles com quem elas mantinham contato em sua casa, na escola, na comunidade ajustando-se aos anseios e necessidades da família, como instituição básica e modelo para a sociedade.

Com a cidade e a escola sob forte influência cristã e católica, a ESERD encontrou na família um dos seus mais ativos esteios. As atividades escolares diárias eram ajustadas a partir da concepção de que “a família foi o centro da sociedade mineira e a hierarquia patriarcal o centro da vida doméstica mineira” coadunando com a visão que se tinha de escolarização da mulher à época. Nas ideias de Lima, as mulheres constituíam o patrimônio moral da civilização mineira com poder para intervir na ordem doméstica na qual “o homem manda, sem dúvida, mas a mulher foi que quase sempre decide [...], mansamente [...], na sombra [...] o papel das mulheres foi capital, sem parecer que o foi” (Lima, 1945, p. 219-220). Desse modo, as mulheres foram encaradas como uma força civilizadora, uma força a mais de trabalho, nos lares ou nas comunidades nas quais podiam intervir.

A vida moderna desdobrou uma nova face da entidade feminina, desconhecida no século anterior. As mulheres deixaram o lar para integrar as lides do trabalho, passaram a trabalhar e a estudar em

busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias. O lar como antes concebido desaparecera. A ESERD viu-se com o trabalho de promover a formação da mulher, notadamente da zona rural que adentrava a cidade. Estabeleceu, portanto, um modelo de senhora moderna, porém, atrelada à visão do matrimônio como realização feminina, conservando e perpetuando tradições e valores no trabalho dentro e fora do lar. Por intermédio de sua atuação nas famílias, a população desenvolveria virtudes, com as quais cuidariam melhor de si, de seus filhos e proporcionariam ao país melhores trabalhadores que alicerçariam o propalado desenvolvimento nacional.

No programa de ensino constavam disciplinas com noções e técnicas destinadas à organização das rotinas cotidianas que estimulava o controle de todas as atividades femininas, isto é, destinavam-se a ocupar o tempo da mulher em atividades “úteis”. Ou seja, a finalidade era “preparar as moças e senhoras da vida rural para as atividades da vida prática, visando, principalmente, orientá-las e fornecer-lhes noções técnicas sobre organização, controle e direção do lar” (Mendonça, 1954, p. 1).

A imprensa uberabense cada vez mais exaltava a força e o valor da mulher. Publicava e vinculava notícias que destacavam a transição entre as gerações. Pregava que deveria haver uma aceitação das tradições seculares articuladas com os anseios do futuro e do progresso. À mulher cumpria evitar a passividade de uma vida vazia, encontrar sua razão de ser não só “no amor como no procedimento moral e social” levando felicidade aos seus (Correio Católico, 1953, p. 5). Coesa com a visão higienista no Brasil, a educação feminina era essencial para o aprimoramento da saúde das mulheres, para atender as exigências da maternidade, das famílias e, por conseguinte, aprimorar as condições de vida da sociedade, acompanhando o recente desenvolvimento urbano da sociedade. A formação incluía o conceito de uma mudança nos hábitos dos brasileiros, que, aos olhos estrangeiros, não se preocupavam com cuidados sanitários, o zelo na vestimenta, nem preservavam o espaço íntimo familiar.

Ressalta-se que desde os anos de 1930 e 1940, médicos e higienistas assumiram postos de decisão no Brasil e esboçaram leis relativas ao bem estar de mães, mulheres e crianças realizando inspeções sanitárias de escolas e instituições públicas. Definiram currículos contemplando conteúdos de higiene, educação infantil enfermagem, puericultura, desenvolvimento infantil, estabelecendo padrões para essas disciplinas. Os princípios higienistas preconizavam mudança dos hábitos diários do trabalhador e de sua família, principalmente, no trato com a criança e o recém-nascido. Esses princípios incluíam o objetivo de educar para a saúde, com a finalidade de aumentar a expectativa de vida, por meio da melhoria das condições de vida humana.

A formação feminina da ESERD

Em 1954, nesse contexto, durante os anos de 1954 a 1962, a ESERD já denominada Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica “Licurgo Leite”, ministrou o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, com duração de dois anos, nível médio e o Curso de Extensão com duração de 01 ano.

O Curso de Magistério, nível de 2º ciclo, abrangia um currículo com duração de dois anos. Com aulas teóricas e práticas visava oportunizar a formação feminina, difundindo a fixação de conhecimentos que pudessem modificar comportamentos rotineiros na vida familiar com os conhecimentos adquiridos na formação. A egressa do curso, com o Diploma de Licenciada em Economia Rural Doméstica poderia se tornar orientadora nos Cursos de Extensão e professora habilitada a lecionar disciplinas relacionadas ao ensino agrícola nas Escolas Primárias Rurais e nas Escolas de Ensino Agrícola.

O Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica com duração de 01 ano propendia a formação para atuação junto às famílias rurais para incorporação de novos hábitos e atitudes, alterando, muitas vezes, a maneira de ser e de viver desses grupos. A finalidade do Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural era proporcionar à mulher campesina uma educação funcional de base, a qual lhe possibilitasse viver em seu próprio meio em nível mais elevado e condições higiênicas satisfatórias. Sua característica principal era a propagação do conhecimento de aspectos da vida no meio social e no lar (Brasil, 1969, p. 13).

Para o desenvolvimento de seus cursos, a Instituição procurava formar as mulheres para que pudessem agir por si próprias, com o objetivo de estimular a formação de uma estrutura econômico-social sólida nas comunidades rurais. O ensino ministrado passava pela escolarização do cotidiano doméstico para uma existência condigna. Difundia conhecimentos que a mulher deveria propagar, incluindo, a responsabilidade de cuidar da saúde e da higiene dos familiares e, por conseguinte, do país. Cabia educá-la para contribuir e melhorar a vida da coletividade acompanhando o recente e acelerado desenvolvimento urbano.

Dessa forma, a escola buscou a cooperação de pessoas com conhecimentos na sociedade local que demonstraram possuir capacidade técnica e idoneidade moral, a fim de que pudessem incumbir-se da realização de tarefas técnicas. Uma das maiores dificuldades para a plena atuação foi a escassez de professores e técnicos para as várias atividades especializadas que precisavam ser desenvolvidas no curso.

Tratou-se então de formar e treinar as pessoas necessárias para a realização dos programas e cursos. Essas atividades foram norteadas pela SEAV com dois pontos a serem considerados: a) conhecimento socioeconômico da região; b) capacitação de pessoas para execução de trabalhos com uma nova concepção de desenvolvimento do meio rural. A essa secretaria vinculada ao Ministério da Agricultura cabiam atribuições de caráter normativo para a educação aplicada à agricultura e a sua incumbência de ministrar os cursos diretamente, ou fiscalizar esse ramo de ensino, em todos os seus graus e modalidades.

Com limites relacionados aos assuntos de interesse agrícola, inclusive orçamentária, as diretrizes para esse nível de ensino brasileiro representaram mais uma forma de submissão à dominação do capital, ao mercado de consumo e à influência norte-americana em expansão no país. A preocupação era configurar o maior número de unidades escolares e multiplicar cursos profissionalizantes agrícolas em consonância os cursos e normas emanadas pelos acordos firmados com os Estados Unidos.

Sem alteração imediata no andamento dos trabalhos educativos predominantes entre nós, será de toda a conveniência introduzir-se em nosso meio, a título experimental em começo, essa modalidade, de educação profissional, que se chama nos Estados Unidos da América do Norte de vocational education [...] através do Escritório Técnico de Agricultura que se acha em funcionamento entre nós mediante convênio assinado entre os Governos brasileiro e norte-americano (Belleza, 1955, p. 5).

A intervenção na educação e a preocupação com a formação feminina voltada para o desenvolvimento pessoal, do grupo e da comunidade eram coerentes com a preocupação higienista e a promoção da saúde. O que se buscava era um povo mais saudável, uma educação promovida pela escola como um local privilegiado para a divulgação de um modelo de boa educação higiênica. Permeava o país a ideia de que enquanto jovens e crianças convivessem com os males do país esses continuariam a se reproduzir. Tornara-se preciso reprimir os supostos hábitos dos adultos

considerados inadequados como também cuidar da educação dos jovens e das mulheres. Isso envolveu intenso investimento com vista à alteração nos hábitos e costumes da sociedade. Incluiu a formação para a economia doméstica no ensino secundário, destinada ao aprendizado das mulheres de uma atividade profissionalizante, inculcando-lhe hábitos de trabalho para mantê-la ocupada afastando-a de hábitos considerados perniciosos, contrários a formação cristã e aos bons costumes.

O Curso de Magistério em Economia Doméstica Rural funcionou até 1962. As formadas poderiam lecionar disciplinas relacionadas ao curso nas escolas agrícolas. Como professoras poderiam atuar nos cursos de ensino agrícola e de extensão voltados para a área rural. O currículo da ESERD era bastante amplo, variando ao longo dos anos de dezesseis a dezenove disciplinas obrigatórias. Os conteúdos abordavam vasta área de conhecimentos da Administração Escolar, Psicologia, Arte Culinária, Enfermagem e Puericultura entre outras que a estudante deveria assimilar, a fim de transmiti-las de forma simples e prática às comunidades.

A transformação das Escolas de Magistério em Colégios de Economia Doméstica Rural ocasionou a modificação ao ensino com a finalidade de ajustá-lo às exigências da Lei de Diretrizes e Bases, a LDB de 1961, alterando o currículo e enquadrando-o no ensino de segundo grau. Passaram a integrar o currículo, não só as disciplinas de Cultura Técnica, especificamente de Economia Doméstica, como disciplinas de Cultura Geral e Práticas Educativas. Com a LDB de 1961, a ESERD deixou de ofertar o curso de Magistério em Economia Rural Doméstica, ofertando a partir daí apenas os cursos Colegial e Ginásial como instituídos pela legislação.

À guisa de conclusão

A Economia Rural Doméstica constituiu o único curso com representantes majoritariamente femininas a ser ofertado na ESERD, num período no qual poucas mulheres frequentavam o ensino secundário no Brasil e no qual as ciências humanas ainda não ocupavam posição relevante. O curso encontrou fundamentos nas correntes que impulsionaram o desenvolvimento da Economia Rural Doméstica de origem americana extensionista.

Dessa forma, a formação em Economia Rural Doméstica oferecida pela ESERD representou um papel específico e diferenciado na educação mineira. Nomeadamente em sua atuação no meio rural que necessitava de franca expansão para acúmulo de capital, para novas formas de socialização e convivência. Por último, como estímulo ao consumo de produtos de origem estrangeira, compondo, pelo menos em tese, um panorama de desenvolvimento pontuado pela noção de civilidade e de modernização do meio rural mineiro e, por extensão, brasileiro.

Compreende-se que para o Ministério da Agricultura, o Magistério em Economia Rural Doméstica representava um instrumento de mudança. Concebia uma possível educação familiar moderna sendo ministrada pela escola e uma alteração na vida do campo que trouxesse melhoria para as famílias, contribuindo para mantê-las em suas localidades. Uma educação não de forma individual, mas como elemento construtivo de uma nova racionalidade para o processo de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira. Porquanto, levaria as mulheres a desenvolver e compartilhar ideais comuns, com a compreensão e habilidades necessárias a uma vida democrática satisfatória coerente com os postulados republicanos.

A formação feminina em Economia Doméstica, portanto, vinculava-se ao trabalho como princípio educativo e trazia imbuída em si estruturas sociais específicas a que cabia resguardar segundo os preceitos vigentes no período. Prevalencia a ideia católica conservadora, com o suposto de uma

educação para as tarefas domésticas para as mulheres, de uma formação condizente com sua “natureza feminina”.

Bibliografia

- Belleza, N. (1955). *Diretrizes para o Ensino Agrícola*. Revista do Serviço Público, v. 66, nº 1, Rio de Janeiro.
- Brasil, (1969). *Relatório do IV Encontro de Diretores e Técnicos da DEA*. Desenvolvimento do Ensino Agrícola Técnico de Economia Doméstica Rural e atividades correlatas. Brasília, 21 a 26 de julho.
- Cleophas, J. (1952). *Relatório das Atividades do Ministério da Agricultura em 1952*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola.
- Decreto nº. 7.566. (23 de setembro de 1909). Brasil, Rio de Janeiro, 1909. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em 23/10/2011.
- Ferreira, N. V. C. (2012). *Escola de Economia Doméstica: ensino secundário profissionalizante no Triângulo Mineiro (1953-1997)*. 282 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Lei nº. 4.024/61. (20 de dezembro de 1961). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em 23/10/2011.
- Lei nº. 9.613/46. (20 de agosto de 1946). Lei Orgânica do Ensino Agrícola, 1946. Brasil, Ministério da Agricultura. <www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoagricola.htm>. Acesso em 23/03/2011.
- Lima, A. A. (1945). *Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Agir.
- Mendonça, J. (1954). Discurso pronunciado em 03 de maio, na inauguração da Escola de Economia Doméstica, em Uberaba (MG). Disponível em <http://www.josemendonca.com.br/discurso_ED_03051954.php>. Acesso em 03/03/2012.
- Regina, M. Assunto do dia. (29 de agosto de 1953). *Correio Católico*. p. 5.
- Saviani, D; et al (2004). *O legado educacional do século XX*. Campinas: Autores associados.
- Serrano, I. A. (1954). *Noções de Economia Doméstica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.